- **DIRETORIA DE LICITAÇÕES**

- **Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato**

Várzea Paulista, 12 de Dezembro de 2024.

- **Situado na Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar - Jd. Sinobe - Francisco Morato (SP) - CEP: 07908-165.**

APAE
Várzea
Paulista - SP

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91
Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
CEBAS nº71000.038755/2014
Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

Várzea Paulista, 12 de Dezembro de 2024.

OFÍCIO.APAE.ADM.098/2024

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO
A/C.: THIAGO CAMPOS AMADO
Superintendente do SAME/FM

REF.: CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA EXERCICIO EM 2025

Servimo-nos do presente ofício para manifestar o interesse desta entidade na renovação do contrato n° 04/2022, para o ano de 2025, entre a Associação e o SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato.

Para tanto encaminhamos os documentos e a proposta em anexo.

Atenciosamente,

VALDILENE MARINA DE OLIVEIRA SILVA
Presidente

Rua Alberto de Oliveira, 55-Jd. Cruz Alta-Fone/Fax: (11)4493-6342-CEP 13.224-420-Várzea Paulista-SP.
E-mail: secretariaapaevarzea@terra.com.br **Site:** www.apaevarzeapaulista.org.br

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
Utilidade Pública Federal n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Eu, Valdilene Marina de Oliveira Silva inscrito no CPF sob o nº 217.713.488-95, e RG nº 36.286.619-3, residente e domiciliado ao Endereço: Rua Itupeva Nº 43 Jardim América IV, Várzea Paulista – SP CEP: 13.222-390, representante legal da Organização da Sociedade Civil, denominada de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista, com Sede à Rua: Alberto de Oliveira, nº 55, bairro Jardim Cruz Alta, na cidade de Várzea Paulista/SP inscrito no CNPJ nº 54.132.840-0001-37, **DECLARO**, para os devidos fins e sob penas da lei que a Organização da Sociedade Civil não se encontra em nenhuma situação de impedimento e está adimplente ao regime jurídico da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 para a celebração de parceria.

Várzea Paulista, 12 de dezembro de 2024.

Valdilene Marina de Oliveira Silva
Presidente da APAE de Várzea Paulista- SP

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
Utilidade Pública Federal n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO E COMPROMISSO

Eu, Valdilene Marina de Oliveira Silva inscrito no CPF sob o nº 217.713.488-95, e RG nº 36.286.619-3, residente e domiciliado ao Endereço: Rua Itupeva Nº 43 Jardim América IV, Várzea Paulista – SP CEP: 13.222-390, representante legal da Organização da Sociedade Civil, denominada de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista, com Sede à Rua: Alberto de Oliveira, nº 55, bairro Jardim Cruz Alta, na cidade de Várzea Paulista/SP inscrito no CNPJ nº 54.132.840-0001-37, **DECLARO**, para os devidos fins e sob penas da lei que:

a) Não há, no Quadro de Dirigentes da Organização da Sociedade Civil, membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, e cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas.

b) Organização da Sociedade Civil não contratará, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

c) Não serão remunerados pela Organização da Sociedade Civil, a qualquer título, com os recursos repassados: Membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal; Servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo

em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau e; Pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o Patrimônio Público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Várzea Paulista, 12 de dezembro de 2024.

Valdilene Marina de Oliveira Silva
Presidente da APAE de Várzea Paulista- SP

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
Utilidade Pública Federal n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

ANEXO II – DECLARAÇÃO DOS DIRIGENTES

Declaro para os devidos fins, em nome da Entidade Social Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista que:

➢ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

DIRETORIA EXECUTIVA

Cargo	**Presidente**		
Nome	VALDILENE MARINA DE OLIVEIRA SILVA		
R.G.	36.286.619-3 Data Expedição: 17/09/2010 Órgão Emissor: SSP		
CPF	217.713.488-95	Data Nascimento: 29/04/1980	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Empresária		
Endereço	Rua Itupeva, 43, Jardim América IV, Várzea Paulista- SP, CEP: 13.222-390		
Fone Resd.		Fone Com	
Fone Cel	(11) 9 6589-2442		
	Não exerce atividade remunerada		
Email	valdilenevp@hotmail.com		

Cargo	**Vice-presidente**		
Nome	RENATA APARECIDA MATOS DE CARVALHO		
R.G.	20.210.044-3 Data Expedição: 29/01/2013 Órgão Emissor: SSP		
CPF	120.769.128-35	Data Nascimento: 28/04/1970	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Aposentada		
Endereço	Rua Napoleão Mazzali, 28 – Vila Campos Sales – Jundiai – CEP: 13.206.030		
Fone Resd.		Fone Resd.	
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	(11) 9.4867-2497		
Email			

Cargo	**1º Diretor Financeiro**
Nome	ANITA MARIA DIAS RODRIGUES DA SILVA
R.G.	17.891.719-9 Data Expedição: 30/11/2019 Órgão Emissor: SSP
CPF	105.405.248-40 Data Nascimento: 07/12/1967
Estado Civil	Casada
Nacionalidade	Brasileira
Profissão	Do Lar
Endereço	Rua Antônio de Aguiar Peçanha, 260, Jardim da Saúde, Jarinu - SP, CEP 13240-000
Fone Resd.	
	Não exerce atividade remunerada
Fone Cel	(11) 9.9623-4169
Email	

Cargo	**2º Diretor Financeiro**		
Nome	GRAZIELA SANTI RODRIGUES		
R.G.	26.723.172-6 Data Expedição: Órgão Emissor: SSP		
CPF	262.842.708-22 Data Nascimento: 16/06/1977		
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Comerciante		
Endereço	Av. Pacaembu, 2040 – Jardim Paulista – Várzea Paulista – São Paulo – CEP: 13222-000		
Fone Resd.		Fone Com	
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	(11) 9.7378-2028		
Email			

Cargo	**1º Diretor Secretário**		
Nome	MARCIA APARECIDA CACERES ANANIAS		
R.G.	16.769.011-5 Data Expedição: 18/10/2013 Órgão Emissor: SSP		
CPF	042.711.548-57 Data Nascimento: 25/09/1962		
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Professora		
Endereço	Rua João Manoel de Farias, 89 – Jd. Cruz Alta – Várzea Paulista – São Paulo – CEP: 13224-400		
Fone Resd.	4606-3528	Fone Com.	
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	9.7219-9303		
Email	Marciaenene2009@hotmail.com		

Cargo	**2º Diretor Secretário**
Nome	MARIA EULALIA DE ALMEIDA SCHLEICH
R.G.	10.591.174-4 Data Expedição: 07/06/2016 Órgão Emissor: SSP
CPF	046.741.078-06 Data Nascimento: 14/06/1956
Estado Civil	Solteira
Nacionalidade	Brasileira
Profissão	Aposentada
Endereço	Rua Moises Abaid, número cento e oitenta e um, bloco b, apartamento sessenta e quatro, Jardim São Bento, Jundiaí-São Paulo, CEP 13202-500
Fone Resd.	
	Não exerce atividade remunerada
Fone Cel	9.9766-7194
Email	

Cargo	**1º Diretor Patrimônio**		
Nome	VILMA DOS SANTOS CAMARGO		
R.G.	22.881.311-6 Data Expedição: 09/06/1988 Órgão Emissor: SSP		
CPF	137.561.658-76 Data Nascimento: 29/05/1970		
Estado Civil	Viúva		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Do Lar		
Endereço	Rua Netuno, 179 – Jd. Satélite, Várzea Paulista – CEP: 13224-220		
Fone Resd.	(11)	Fone Com	
Fone Cel	(11) 9.9523-2697		
	Não exerce atividade remunerada		
Email			

Cargo	**Diretor Social**		
Nome	MARIA DE FATIMA ASSIS ROSA		
R.G.	33.33.55-5 Data Expedição: 04/01/2012 Órgão Emissor: SSP		
CPF	478.544.649-87 Data Nascimento: 04/12/1960		
Estado Civil	Casado		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Professora		
Endereço	Av. Eduardo de Castro, 619, Vila São José, Várzea Paulista - SP, CEP 13224-270		
Fone Resd.		Fone Com	
Fone Cel	(11) 9.5985.5295		
	Não exerce atividade remunerada		
Email	fatimassis60@yahoo.com.br		

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
Utilidade Pública Federal n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cargo	**1º Conselheiro de Administração**		
Nome	EMERSON MANOEL DA SILVA		
R.G.	29.634.413-8 Data Expedição: // Órgão Emissor: SSP		
CPF	260.920.738-70	Data Nascimento: //	
Estado Civil	Casado		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Advogado		
Endereço	Rua Cananeia, 390 – Jardim Paulista – Várzea Paulista – São Paulo – CEP: 13.222-070		
Fone Resd.		Fone Com	
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	(11) 9.7409-8738		
Email			

Cargo	**2º Conselheiro de Administração**		
Nome	ALCIDES FABIANO TEDESCO		
R.G.	24.785.104-8 Data Expedição: 05/04/2002 Órgão Emissor: SSP		
CPF	261.677.248-57	Data Nascimento: 10/01/1977	
Estado Civil	Casado		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Dentista		
Endereço	Rua Jorge Zolner, 277 – Centro - Jundiai – SP – CEP: 13201-039		
Fone Resd.	4521-1842	Fone Com	
Fone Cel	9771-1842		
	Não exerce atividade remunerada		
Email	dr_tedesco@ig.com.br		

Cargo	**3º Conselheiro de Administração**		
Nome	JEANETTE DULCE GUT FONTANETTI		
R.G.	3.011.020-8 Data Expedição: 16/04/2012	Órgão Emissor: SSP	
CPF	104.832.598-96	Data Nascimento: 21/03/1938	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Professora aposentada		
Endereço	Rua Moisés Abaid, número cento e oitenta e um, bloco b, apartamento duzentos e trinta e dois, Jardim São Bento, Jundiaí – São Paulo, CEP 13.202-500		
Fone Resd.	4806-0771	Fone Resd.	4806-0771
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	9.8696-9946		
Email	janedulcegut@yahoo.it		

Cargo	**4º Conselheiro de Administração**		
Nome	KINUE MITSUGUI DE OLIVEIRA		
R.G.	6.062.262-6 Data Expedição: // Órgão Emissor: SSP		
CPF	692.974.798-04	Data Nascimento: //	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Aposentada		
Endereço	Rua Artibano Murari, 498 – Jd. Cruz Alta – Várzea Paulista – SP CEP: 13.224-410		
Fone Resd.		Fone Com	
Fone Cel	(11) 9.4226-4520		
	Não exerce atividade remunerada		
Email			

Cargo	**5º Conselheiro de Administração**		
Nome	ANA MAGDA GONÇALVES CAMPOS DE ANDRADE		
R.G.	27.435.875-X Data Expedição: // Órgão Emissor: SSP		
CPF	259.926.688-29	Data Nascimento:	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Do Lar		
Endereço	Av. São Manoel, 560 – Caiaçoara – Jarinú – SP CEP: 13.224-000		
Fone Resd.	4606-3959	Fone Com	
Fone Cel	99280-2284		
	Não exerce atividade remunerada		
Email	academiacge@hotmail.com		

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
Utilidade Pública Federal n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

CONSELHO DE FISCAL

Cargo	**1° TITULAR**
Nome	LEANDRA GONÇALVES DE OLIVEIRA
R.G.	27.087.813-0 Data Expedição: 15/01/1991 Órgão Emissor: SSP
CPF	246.513.728-05 Data Nascimento: 31/10/1976
Estado Civil	Casada
Nacionalidade	Brasileira
Profissão	Do Lar
Endereço	Rua José Dias de Castro, 55 – Vl. São José – Várzea Paulista – São Paulo – CEP: 13224-360
Fone Resd.	
Fone Cel	97483-3438
	Não exerce atividade remunerada
Email	leandra_toledo@ig.com.br

Cargo	**2° TITULAR**		
Nome	MARIA DO CARMO CERESER FELIX		
R.G.	11.787.656-2 Data Expedição: 26/05/2008 Órgão Emissor: SSP		
CPF	024.363.958-96	Data Nascimento: 14/07/1959	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Do Lar		
Endereço	Av. Comendador Antonio Borim, 4650 – Caxambu – Jundiaí – São Paulo – CEP: 13218-665		
Fone Resd.	4584-2846	Fone Com	
Fone Cel	98264-6777		
	Não exerce atividade remunerada		
Email	gabi_cf@hotmail.com		

Cargo	**3° TITULAR**
Nome	FRANCISCA DAS CHAGAS SANTOS COSTA
R.G.	54.575.183-4 Data Expedição: 06/08/2010 Órgão Emissor: SSP
CPF	283.123.538-36 Data Nascimento: 21/06/1966
Estado Civil	Casada
Nacionalidade	Brasileira
Profissão	Do Lar
Endereço	Av dos meninos, 239, Jardim Constância, Francisco Morato - SP, CEP 079.42-225
Fone Resd.	
Fone Cel	(011) 9 8076-0006
	Não exerce atividade remunerada
Email	

Cargo	**1° SUPLENTE**		
Nome	JANETE RIBEIRO DA SILVA		
R.G.	37.386.624-0 Data Expedição: 03/04/2013 Órgão Emissor: SSP		
CPF	286.139.728-45	Data Nascimento: 08/08/1977	
Estado Civil	Solteira		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Do Lar		
Endereço	Rua Francisco Caetano de Moraes, 55 – Vl União, Cajamar – São Paulo – CEP: 07.775-860		
Fone Resd.		Fone Com	
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	(11) 9.6566-2099		
Email			

Cargo	**2° SUPLENTE**		
Nome	JOSEFA JOSENIR NICOLAU LIMA		
R.G.	21.297.827 Data Expedição: 30/06/1986 Órgão Emissor: SSP:		
CPF	172.328.888-80	Data Nascimento: 21/09/1964	
Estado Civil	Casada		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Do Lar		
Endereço	Rua Alegrete, 286 – Vila São Paulo – Jundiaí – São Paulo, CEP 13.203-510		
Fone Resd.		Fone Com	
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	(11) 9.6284-1228		
Email			

Cargo	**3° SUPLENTE**		
Nome	SÉRGIO DOS SANTOS		
R.G.	33.175.169-0 Data Expedição: 29/06/2022 Órgão Emissor: SSP		
CPF	215.977.968-75	Data Nascimento: 04/02/1981	
Estado Civil	Casado		
Nacionalidade	Brasileira		
Profissão	Professor		
Endereço	Rua Netuno, 179 – Jd. Satélite – Várzea Paulista – São Paulo, CEP 13.224-420		
Fone Resd.	(11) 4449-4903	(11) 4449-4903	(11) 4449-4903
	Não exerce atividade remunerada		
Fone Cel	(11) 9.7124-4059		
Email			

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
Utilidade Pública Federal n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

➢ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou porafinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➢ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Várzea Paulista, 12 de dezembro de 2024.

Valdilene Marina de Oliveira Silva
Presidente da APAE de Várzea Paulista- SP

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91 – Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de 11/10/99
Utilidade Pública Federal portaria n.º 115 de 31/10/96 – Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

(Lei nº 10.218/1999)

Na qualidade de representante legal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista, DECLARO, sob as penas da Lei, para fins de comprovação junto à Administração Pública, que:

1) Esta Organização da Sociedade Civil (OSC) não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

2) Esta OSC não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública, estendendo-se esta vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

3) Esta OSC não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, sendo excetuadas as hipóteses em que foi sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, foi reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição ou a apreciação das contas, ou estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

4) Esta OSC não foi punida com as seguintes sanções:

- Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração;
- As previstas nos incisos II e III do artigo 73 da Lei nº 13.019/2014;
- Contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos.

5) Esta OSC não tem entre seus dirigentes pessoa(s) cujas contas relativas às parcerias tenham sido julgadas irregulares por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

6) Esta OSC não tem entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

7) Esta OSC não tem entre seus dirigentes pessoa(s) considerada(s) responsável(s) por ato de improbidade;

8) Não contratações para prestação de serviços que envolvam objeto da parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante;

9) Não remuneração, a qualquer título, com os recursos repassados, de membro de Poder ou do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da administração pública celebrante;

10) Não remuneração, a qualquer título, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

11) Não remuneração, a qualquer título, com os recursos repassados, de pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, ou por crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, ou por crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Várzea Paulista, 12 de dezembro 2024

VALDILENE MARINA DE OLIVEIRA SILVA
CPF: 217.713.488-95

PLANO DE TRABALHO 2025

AMBULATÓRIO – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA –

IDENTIFICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Ao SAME - Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

Sigla/denominação: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista - SP
CNPJ: 54.132.840/0001-37
Natureza Jurídica: Isento
Rua: Alberto de Oliveira, nº55 Jardim Cruz Alta.
CEP: 13.224-420
Cidade/Estado: Várzea Paulista - SP
Telefone e Fax: (11)4493-6342
E-mail: direcaoapaepta@terra.com.br / apae.varzeapta@terra.com.br

RESPONSÁVEL LEGAL

Nome do Presidente: Valdilene Marina de Oliveira Silva
RG: 36.286,619-3 **CPF:** 217.713.488-95
Profissão: Empresaria
Estado Civil: Casada
Endereço: Rua Itupeva nº 43 – Jardim América IV – Várzea Paulista/SP. **CEP**. 13.222-390
Telefone de contato: (11) 96589-2442.

INTRODUÇÃO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista tem o compromisso de promover e articular ações de defesa de direito, prevenções, orientações, prestação de serviços e apoio às famílias direcionadas a melhoria da qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais.

A APAE é uma entidade de atendimento de caráter continuado, permanente e planejado, trabalha sob a ótica do respeito ao cidadão e à sua autonomia, bem como na legitimidade das demandas de seus usuários. É uma entidade com interfaces nas áreas da assistência social, saúde e educação.

A APAE possui como missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenções, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e transtorno invasivo do desenvolvimento.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

O serviço de saúde da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Várzea Paulista é voltado ao atendimento especializado de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, bem como daquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) associado à deficiência intelectual, residentes no município de Francisco Morato.

Este serviço adota uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas da saúde, como fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, entre outras, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos pacientes e melhorar sua qualidade de vida.

Além do atendimento clínico, o serviço reconhece a importância da participação ativa das famílias, oferecendo orientação e apoio para que atuem como parceiras no processo terapêutico. Dessa forma, o trabalho busca fortalecer o vínculo familiar e promover a inclusão social, valorizando a pessoa com deficiência como um cidadão pleno de direitos.

JUSTIFICATIVA

A atuação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Várzea Paulista no atendimento aos pacientes com deficiência intelectual, múltipla e Transtorno do Espectro Autista (TEA) associado à deficiência intelectual é essencial para garantir o acesso a direitos fundamentais na área da saúde. Este serviço se torna indispensável, uma vez que promove um suporte integral e adequado às necessidades específicas de cada paciente, respeitando suas particularidades e potencializando seu desenvolvimento global.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizada por alterações no comportamento, na comunicação e na interação social. Apesar de sua etiologia ainda não estar completamente definida, estudos apontam fatores genéticos e neurobiológicos como possíveis causas. Esses fatores reforçam a necessidade de um acompanhamento especializado, que englobe diferentes áreas da saúde, para atender às demandas específicas dessa população.

Ao oferecer um serviço multidisciplinar, a APAE não apenas contribui para o desenvolvimento das habilidades individuais dos pacientes, mas também promove sua autonomia e qualidade de vida. Além disso, a instituição desempenha um papel crucial no apoio às famílias, orientando-as para que se tornem parceiras no processo terapêutico, fortalecendo os vínculos familiares e reduzindo os impactos emocionais e sociais da deficiência.

Por meio de sua experiência e metodologias fundamentadas, a APAE se apresenta como um espaço de acolhimento, cuidado e transformação, garantindo que as pessoas com deficiência sejam vistas e tratadas como cidadãs plenas de direitos, com oportunidades reais de inclusão e desenvolvimento. Este trabalho é vital para atender às demandas crescentes da população de Francisco Morato, onde os recursos especializados para este público são limitados.

OBJETO A SER EXECUTADO

O serviço prevê o atendimento e acompanhamento de até 80 usuários, com idades entre 0 e 17 anos, diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) associado à Deficiência Intelectual, provenientes do município de Francisco Morato.

As atividades incluem atendimentos especializados nas áreas de psicologia e pedagogia, além de consultas médicas especializadas e a realização de diagnósticos médicos, garantindo uma abordagem interdisciplinar focada no desenvolvimento integral e na promoção da qualidade de vida dos usuários.

Público Alvo:

Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), residentes no município de Francisco Morato.

Capacidade de atendimento:

O serviço tem capacidade para atender até 80 usuários, com horários de atendimento organizados em dois períodos: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Todos os atendimentos são realizados mediante prévio agendamento, garantindo a organização e a qualidade no acompanhamento oferecido.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O presente projeto tem como objetivo oferecer atendimentos especializados na área da saúde para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) associado à Deficiência Intelectual. Busca-se promover o desenvolvimento integral dos pacientes, alcançar progressos significativos em diversas áreas evolutivas, proporcionando-lhes condições básicas para a conquista da independência pessoal.

Além disso, o projeto tem como propósito criar um ambiente acolhedor e estimulante, proporcionando experiências enriquecedoras nas áreas de psicologia e pedagogia, que contribuem para o bem-estar emocional, cognitivo e social das crianças, fomentando uma evolução plena e integrada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver as capacidades sensório-perceptivas como etapa inicial para o aprimoramento de outras áreas do desenvolvimento infantil, favorecendo a exploração do ambiente e a resposta adequada aos estímulos apresentados.
- Estimular as capacidades cognitivas por meio do conhecimento do ambiente, ajudando a criança a fixar estímulos, estabelecer relações significativas de causa e efeito, compreender fenômenos do

meio e solucionar problemas do dia a dia.

- Desenvolver habilidades socioemocionais, promovendo a comunicação por meio da expressão oral e gestual para facilitar interações com as pessoas de seu convívio.
- Proporcionar condições para a aquisição de hábitos básicos de independência no autocuidado, utilizando recursos próprios e os oferecidos pelo ambiente.
- Incentivar a aquisição de experiências e conhecimentos básicos que favoreçam a integração no ambiente sociocultural.
- Orientar, motivar e treinar pais e familiares como principais agentes de estímulo para apoiar as atividades desenvolvidas pela criança, especialmente no ambiente familiar.
- Estimular a criança a explorar o ambiente ao seu redor, aprimorando suas capacidades de identificar, ordenar, classificar e representar objetos e estímulos de forma mental e concreta.
- Desenvolver a capacidade de comunicação, incentivando o uso de frases simples, gestos e sinais gráficos para expressar ideias, desejos e interesses.
- Ampliar o vocabulário e estimular formas variadas de comunicação.
- Promover a autonomia e independência nas atividades da vida diária (AVDs).
- Favorecer o autoconhecimento e a estruturação corporal, reforçando a consciência corporal e autoestima.
- Melhorar habilidades sociais, incentivando a participação efetiva na sociedade e a construção de seus papéis sociais.
- Criar estratégias para fortalecer a socialização e as relações interpessoais.
- Adequar o ritmo e a postura da criança em atividades relacionadas à alimentação.
- Minimizar comportamentos disruptivos e ampliar o repertório comportamental, por meio de estímulos e estratégias de desenvolvimento.
- Promover momentos de conscientização corporal, incentivando a autoestima e o autocuidado.
- Orientar os pais a dar continuidade ao trabalho terapêutico em casa, assegurando a manutenção dos progressos alcançados na instituição.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, a APAE de Várzea Paulista adota uma metodologia de trabalho estruturada, que combina ações coordenadas e o envolvimento ativo da família no processo terapêutico. As etapas e práticas utilizadas são descritas a seguir:

1. Consulta com Neuropediatra: As consultas serão agendadas pela Central de Regulação de Vagas do município de Francisco Morato.

2. Encaminhamento para Avaliação Multidisciplinar: Caso, após a consulta, seja identificada a necessidade de avaliação multidisciplinar, a família será orientada a participar do *Grupo de Acolhimento*, conduzido pelo Serviço Social.
3. Grupo de Acolhimento: Em data previamente agendada, o responsável pela criança participará do Grupo de Acolhimento, onde será apresentado o funcionamento da Instituição, além de informações sobre os direitos e deveres para a inclusão no processo de avaliação e atendimento multidisciplinar. Após essa etapa, será agendada a triagem com o Serviço Social.
4. Triagem: Durante a triagem, a família deverá apresentar os documentos solicitados, e, então, será agendado o início das avaliações com a equipe multidisciplinar.
5. Avaliação Multidisciplinar: As avaliações serão realizadas pelos profissionais necessários, conforme as demandas do paciente. Após a conclusão das avaliações e reunião da equipe, será definida a conduta terapêutica mais adequada. Caso a criança seja considerada elegível para os atendimentos da Instituição, será realizada a matrícula e o início do plano terapêutico.
6. Atendimento Multidisciplinar: Os atendimentos poderão ser realizados individualmente ou em grupo, com até cinco crianças, dependendo das necessidades de cada paciente. Quando necessário, os responsáveis serão convocados a participar das terapias ou receber orientações individualizadas, de forma a fortalecer o papel da família como parceira no processo terapêutico.
7. Plano Terapêutico Singular (PTS): Após a avaliação multidisciplinar, será elaborado o Plano Terapêutico Singular de cada paciente, que definirá as estratégias e recursos específicos a serem utilizados nos atendimentos.

De maneira geral, as estimulações terapêuticas realizadas seguirão os seguintes princípios e recursos:

- Fala e linguagem: Estímulos para o desenvolvimento da comunicação verbal e ampliação do vocabulário.
- Mobilidade orofacial e funções alimentares: Adequação das funções de mastigação e deglutição.
- Postura e mobilidade: Estratégias para promover adequação postural, fortalecimento muscular, mobilidade, flexibilidade, propriocepção e treino de marcha.
- Tecnologia assistiva: Utilização de recursos que promovam maior autonomia.
- Estimulação cognitiva: Uso de computador para ampliar o vocabulário e trabalhar com figuras e desenhos.
- Estimulação sensorial: Trabalhos voltados para os estímulos táteis, visuais, auditivos, olfativos, gustativos, vestibulares e proprioceptivos.

- Treino de atividades básicas de vida diária (AVDs): Habilidades como escovação, vestir e despir-se, alimentação, uso adequado do banheiro, incluindo desfralde, limpeza após evacuação e troca de absorventes.
- Adequação alimentar: Trabalhos voltados à seletividade e compulsividade alimentar.
- Adequação comportamental: Estratégias para minimizar comportamentos disruptivos e melhorar o repertório de comportamentos funcionais.

Cada sessão terá a duração de 30 minutos e será adaptada às necessidades específicas de cada paciente.

A família desempenha um papel fundamental no projeto. Por meio de orientação e participação ativa, os pais e responsáveis tornam-se mais confiantes e habilitados a realizar estímulos terapêuticos no ambiente doméstico, promovendo um desenvolvimento mais efetivo da criança, tanto no aspecto social quanto emocional. Essa abordagem também auxilia a família a superar inseguranças e a criar um ambiente de acolhimento e suporte.

Com essa metodologia, a APAE de Várzea Paulista busca promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos, garantindo que cada etapa do processo terapêutico contribua efetivamente para sua qualidade de vida e inclusão social.

SERVIÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS

A APAE de Várzea Paulista se dedica à execução de serviços de saúde voltados para pessoas com deficiência intelectual, múltipla e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses serviços são planejados, continuados e permanentes, assegurando uma abordagem integral e individualizada.

Abaixo estão os serviços que serão oferecidos:

CONSULTAS MÉDICAS COM NEUROPEDIATRA

A neuropediatria é a especialidade médica que atende crianças com alterações neurológicas, avaliando o sistema nervoso central (cérebro, cerebelo e tronco encefálico) e periférico (nervos).
O diagnóstico precoce e o acompanhamento neuropediátrico são fundamentais para identificar distúrbios neurológicos, garantindo a intervenção necessária para promover o desenvolvimento pleno da criança e explorar suas potencialidades.
Os serviços oferecidos pelo neuropediatra incluem:

- Consultas iniciais e de acompanhamento;
- Encaminhamento para exames complementares;
- Avaliações e direcionamento para outras especialidades, sempre que necessário.

PSICOLOGIA

O serviço de psicologia é essencial para o acompanhamento dos pacientes e de seus responsáveis, com foco em aspectos emocionais, afetivos e de estruturação da personalidade. O atendimento pode ser realizado de forma individual ou em grupo, conforme as necessidades de cada paciente, sempre em articulação com a equipe multiprofissional.

As atribuições do profissional de psicologia incluem:

- Realizar acompanhamento individualizado para os pacientes e/ou em grupos terapêuticos;
- Oferecer orientação psicológica às famílias, abordando o desenvolvimento emocional e a dinâmica familiar;
- Coordenar grupos psicossociais em conjunto com o serviço social, fortalecendo as famílias em situações de vulnerabilidade;
- Realizar visitas domiciliares, sempre que necessário, para observar e orientar práticas no ambiente familiar;
- Trabalhar em conjunto com a equipe multiprofissional, garantindo uma abordagem interdisciplinar no cuidado com o paciente.

SERVIÇOS DE CONTRA PARTIDA

A APAE de Várzea Paulista oferece uma ampla gama de serviços especializados, buscando atender de forma contínua, planejada e interdisciplinar as necessidades de pessoas com deficiência intelectual, múltipla e com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os serviços abrangem diferentes áreas profissionais e têm como objetivo proporcionar desenvolvimento integral e qualidade de vida aos usuários e suas famílias.

AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

O processo de avaliação multidisciplinar envolve uma equipe composta por diversos profissionais, como psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas. Após a conclusão das avaliações e reuniões da equipe, será indicada a conduta mais adequada para cada caso.

Se a criança for elegível para atendimento na instituição, será realizada a matrícula e iniciado o plano terapêutico singular (PTS)

CONSULTA COM PSIQUIATRA

A psiquiatria infantil ou psiquiatria da infância e adolescência é uma especialidade da medicina que visa tratar os transtornos psicológicos em crianças e adolescentes. No entanto, a prevalência de sintomas

agravantes nessa faixa etária é de 10-15% e necessita de atenção específica dos profissionais envolvidos.

Os casos mais comuns e que levam a procura do médico psiquiatra são: comportamentos agressivos e transtorno do espectro autista

ATENDIMENTOS MULTIDISCIPLINARES, INTERDISCIPLINARES E TRANSDISCIPLINARES

Fonoaudiologia: O trabalho do setor de Fonoaudiologia abrange vários aspectos dos pacientes, onde sua atuação é bastante ampla, e através de avaliações com técnicas especializadas se detecta a etapa do desenvolvimento que o bebê ou criança se encontra. Nesta fase, os pais são orientados em como lidar com o problema encontrado e a forma na qual eles irão auxiliar durante todo o processo de aquisição e/ou reestruturação funcional. Faz parte desses atendimentos o trabalho com motricidade oral, disfagia, respiração oral e linguagem. Este profissional também realiza visitas domiciliares.

O atendimento de fonoaudiologia possibilita a pessoa com deficiência o acesso às terapias de fonoaudiologia de forma individual ou grupal. Na terapia fonoaudiológica é trabalhado a reabilitação do sistema sensório motor oral, para melhoria das funções de mastigação, deglutição, respiração, bem como a melhora dos órgãos fonoarticulatórios, desenvolvimento e adequação da linguagem.

Fisioterapia: No setor de fisioterapia o objetivo principal é de criar condições facilitadoras para ajudar no desenvolvimento da criança, evitando ou minimizando os distúrbios do desenvolvimento motor; de promover o desenvolvimento global da criança aproximando-o ao máximo do normal, ou mesmo favorecendo a manutenção e aprimoramento das funções existentes, prevenindo vícios posturais patológicos e sempre primando pela independência, recuperação ou adaptação.

Considerando a atenção especializada à pessoa com deficiência, que não raramente possui outras deficiências associadas, em especial a física, a entidade mantem atendimentos de fisioterapia, que foram realizados de forma individual ou em grupo, de acordo com a necessidade de cada paciente. O atendimento individualizado é proposto de acordo com o diagnóstico patológico de cada paciente e foram utilizadas técnicas diversas de acordo com as necessidades apresentadas. Trabalha-se na recuperação ou manutenção da coordenação motora, da força, do equilíbrio e da marcha. Ainda no campo da fisioterapia, é ofertada fisioterapia respiratória, considerando a pré-disposição da pessoa com deficiência a distúrbios pulmonares agudos ou crônicos. O trabalho é realizado na perspectiva da prevenção de obstrução e acúmulo de secreções nas vias aéreas permeáveis, promovendo um padrão ventilatório adequado e prevenindo patologias secundárias.

Terapia Ocupacional: Com a finalidade de proporcionar maior independência à pessoa com deficiência nas atividades de vida diária, a terapeuta ocupacional trabalha o desenvolvimento neuropsicomotor da pessoa com deficiência, favorecendo o uso das funções existentes. São realizadas ainda adaptações diversas, utilização de tecnologias e comunicação alternativa, que

favorecem a autonomia dos atendidos. Este profissional também lança mão da Integração Sensorial para os atendimentos.

Nutrição: Dentre suas principais atividades, estão: promoção à saúde, prescrição de dietas específicas para patologias, composição de equipe multidisciplinar. Realiza consultas/atendimentos, assim como orientações familiares.

Serviço Social: caracterizado como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias.

Apoio e orientação sociofamiliar: esta atividade é composta da busca de uma demanda através de escuta especializada, estudo social da situação socioeconômica apresentada pela família, busca de acesso a benefícios oferecidos pelo governo, articulação intersetorial com a rede de serviços do município e com o sistema de garantia de direitos e políticas públicas setoriais não governamentais, articular com a própria equipe atendimento específico. Há o objetivo de prevenir agravos que possam desencadear maiores rompimentos de vínculos sociais e/ou entre familiares assegurando a convivência familiar e comunitária. Interrompendo ou amenizando situações de violência doméstica. Apoiar a busca pela cidadania e inclusão social. Apoiar à busca de renda para melhorar a situação socioeconômica familiar.

Ações de Defesa de direitos: este serviço é desenvolvido junto das famílias para viabilizar acesso à rede socioassistencial do município e região, com preenchimento de guias de Passe Livre, cartão de ônibus municipal gratuito, cartão do trem (CPTM), formulários de cartões de gratuidade de ônibus da grande São Paulo, orientações sobre documentações pessoais da pessoa com deficiência (RG, CPF, Título de Eleitor, Alistamento Militar), sobre os tramites para aquisição da Curatela para maiores de 18 anos, preenchimento de formulários para pleitear BPC, formulários para isenção de IPVA e aquisição de carro zero com isenção de impostos. Além dos encaminhamentos ao CRAS para cadastramento ou atualização do CADÚNICO e BOLSA FAMÍLIA, ao CREAS para buscar atividades de contra turno aos irmãos de usuários e/ou acompanhamento da família como rede de apoio. Os familiares foram orientados quando seus direitos sobre benefícios eventuais (cestas básicas, remédios, auxílio aluguel entre outros) os quais poderiam solicitar nos CRAS e houve muitos encaminhamentos para rede de saúde para adquirir medicação, dietas específicas, órteses, sondas, equipo leites, exames, etc.

Acolhimento Familiar/Triagem Social: este atendimento é realizado mensalmente com objetivo de acolher as famílias das crianças e adolescentes indicados para o processo de avaliação e esclarecer o porquê seu filho teria que passar por um processo de avaliação multidisciplinar na APAE para chegarmos a um diagnóstico e logo indicação de um tratamento e só assim proporcionaria melhora de qualidade de vida a todos. Neste momento também são explanados todos os serviços prestados pela APAE, todas as normas a serem seguidas desde o início do processo de avaliação até o resultado final. Os critérios de elegibilidade para efetivação de matrícula na entidade também são esclarecidos. A família pode expor e tirar suas dúvidas, angústias, fragilidades e dificuldade de aceitação e também optar se quer continuar ou

não e assumir as consequências de ambas as decisões.

Enfermagem: setor composto pelo enfermeiro e auxiliar de enfermagem. Possuem a função de zelar pelo bem estar do paciente, cuidando de sua higiene e alimentação, fazendo curativos e ministrando medicamentos. As atribuições desses profissionais são: preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos; auxiliar na execução dos tratamentos; ministrar medicamentos; zelar pela segurança, higiene, alimentação e conforto do paciente; fazer, trocar e limpar curativos. Além disso, atua nos serviços mais administrativos, como fazer o controle, a contagem e o registro diário dos materiais ambulatoriais utilizados.

Audiometria: O exame é realizado por um fonoaudiólogo devidamente habilitado, pois, esse profissional consegue diagnosticar qualquer anormalidade, medir a intensidade e verificar qual o tipo de perda auditiva pode ter afetado o paciente. A audiometria é um exame preventivo e bastante recomendado para diagnósticos.

Eletroencefalograma (EEG): O exame é realizado por um técnico de EEG devidamente habilitado. O objetivo desse exame é obter registro da atividade elétrica cerebral para o diagnóstico de eventuais anormalidades dessa atividade.

Equoterapia: Esse atendimento consiste em utilizar o tratamento da equoterapia, um método terapêutico, reconhecido pelo Conselho federal de Medicina, que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial no indivíduo.

Outros Serviços Pessoa Jurídica, como Serviços Contábeis, Jurídico, Auditoria, Medicina do Trabalho, Limpeza, Dedetização Limpeza de Caixa D'água, manutenção de veículos e despesas bancarias, taxas e tarifas.

METAS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO

	METAS	Indicadores de Alcance de Resultados	Formas de verificação
	Atender até 80 usuários com Transtorno do espectro autista associado a deficiência intelectual	Atendimentos de Saúde	Lista de frequência;
	Acompanhamento da evolução dos pacientes;	Devolutivas de evolução, observação da pratica e execução	Relatório Anual de Atividades;

		das atividades propostas neste plano.	
	Plano de atendimento individual	Acompanhamento Geral	Devolutivas e Relatórios;
	Atingir, no mínimo, 70% de índice positivo na pesquisa de satisfação da população atendida, que será efetuada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) no mês de Dezembro.	Pesquisa de Satisfação	Pesquisa Qualitativa e Quantitativa de responsabilidade da instituição à fim de receber feedback do público deste objeto sobre a qualidade de nossos atendimentos.

PROCEDIMENTO	METAS QUANTITATIVAS /ANUAL
Consultas Médicas - neuropediatria	137
Psicologia	5438

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	PERIODICIDADE	MESES - 2025											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Consultas Médicas - Neuropediatria		✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓
Psicologia		✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓

EQUIPE DE PROFISSIONAIS

Qtd.	Profissão/Função	Carga Horária/ Mensal	Tipo de Vinculo
1	Médica - neuropediatra	25 horas	CLT
1	Psicóloga	160 horas	CLT

Várzea Paulista, 12 de dezembro de 2024.

VALDILENE MARINA DE OLIVEIRA SILVA
Presidente

APAE
Várzea
Paulista - SP

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91
Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
CEBAS nº 71000.084763/2016-19
Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

TABELA DE ATENDIMENTOS / PROCEDIMENTOS

#	Descrição	Tipo	Qtda Mensal	Valor Mensal	VL Unitário
1	consultas	Neuropediatra	12	R$ 3.741,37	R$ 73,36
2	atendimentos	Psicologia	494	R$ 6.851,66	R$ 11,09
			TOTAL	**R$ 10.593,03**	**R$ 84,45**

Contratação de entidade filantrópica para prestação de serviços de atendimento e acompanhamento terapêutico de no máximo 80 pacientes com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), consultas médicas especializadas e diagnósticos médicos a serem prestados aos usuários Município de Francisco Morato.

A instituição – APAE de Várzea Paulista, conta hoje com um atendimento de média complexidade incluindo os pacientes com Transtorno do Espectro Autista.

- Considerando que os pacientes serão atendidos no contra turno, por especialistas nas áreas de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e psicologia.
- Considerando que a estrutura física do prédio é adequada ao atendimento dos pacientes com transtorno do espectro autista.

Vale ressaltar que por nossos pacientes serem também nossos alunos, a comunicação e orientação do setor pedagógico se torna mais funcional e eficiente, beneficiando ainda mais nossos atendidos.

No aguardo de uma resposta positiva

Várzea Paulista, 12 de dezembro de 2024.

VALDILENE MARINA DE OLIVEIRA SILVA
Presidente

APAE
Várzea Paulista - SP

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista
Mantenedora da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental "Monteiro Lobato"
Fundada em 13-07-1985
Utilidade Pública Municipal – Lei N.º 1.223 de 23/12/91
Utilidade Pública Estadual – Decreto n.º 44.324 de11/10/99
CEBAS nº 71000.084763/2016-19
Registro CNAS n.º 001/2000
FENAPAE n.º 936 – CNPJ 54.132.840/0001-37

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. Equipe do projeto (Recursos Humanos):

Profissional	Carga Horaria/ Mês	Salário R$	Fgts 8%	Vale Alimentação	Custo Total	Custo Convênio/ Mês	Custo Convênio/ Salário	Custo Convênio/ FGTS	Custo Convênio/ Alimentação
Neuropediatra	25	52.718,60	4.217,49	-	56.936,09	3.741,37	3.464,23	277,14	0,00
Psicóloga	160	61.493,14	4.919,45	3.767,68	70.180,27	6.851,66	6.003,54	480,28	367,84
Total Geral		**114.211,74**	**9.136,94**	**3.767,68**	**127.116,36**	**10.593,03**	**9.467,77**	**757,42**	**367,84**

A equipe será formada por Neuropediatra, Psicóloga.

2. Cronograma de desembolso:

Mês	Desembolso
jan	R$ 10.593,03
fev	R$ 10.593,03
mar	R$ 10.593,03
abr	R$ 10.593,03
mai	R$ 10.593,03
jun	R$ 10.593,03
jul	R$ 10.593,03
ago	R$ 10.593,03
set	R$ 10.593,03
out	R$ 10.593,03
nov	R$ 10.593,03
dez	R$ 10.593,03
Total	**R$ 127.116,36**

3. Previsão de início e fim da execução do objeto:

Início em 01/01/2025 e Termino em 31/12/2025

VALDILENE MARINA DE OLIVEIRA SILVA
Presidente

FLXORC_310_V0_13.12.24

Meses>				01/01/2025 31/01/2025 **jan/25**	01/02/2025 28/02/2025 **fev/25**	01/03/2025 31/03/2025 **mar/25**	01/04/2025 30/04/2025 **abr/25**	01/05/2025 31/05/2025 **mai/25**	01/06/2025 30/06/2025 **jun/25**	01/07/2025 31/07/2025 **jul/25**	01/08/2025 31/08/2025 **ago/25**	01/09/2025 30/09/2025 **set/25**	01/10/2025 31/10/2025 **out/25**	01/11/2025 30/11/2025 **nov/25**	01/12/2025 31/12/2025 **dez/25**	**Total**
1.Receitas/Despesas																
1. Receitas																
1.1 Saldo Disponível				10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	10.593,03	**127.116,36**
1.2 A Receber				**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	**10.593,03**	
Subtotal				8.630,43	8.630,43	9.048,14	9.048,14	9.048,14	9.048,14	12.034,03	9.048,14	9.048,14	8.631,95	12.947,92	9.048,14	**114.211,74**
2.Despesas																
Cód Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Profissão	Carga H	Recurso													
321 DEBORA CARINHATO THOMAZ	Neuropediatra	25	PM MORATO	4.025,64	4.025,64	4.220,48	4.220,48	4.220,48	4.220,48	5.613,24	4.220,48	4.220,48	3.804,29	5.706,43	4.220,48	52.718,60
291 ROBERTA CIBELE DE OLIVEIRA AGUIAR	Psicóloga	160	PM MORATO	4.604,79	4.604,79	4.827,66	4.827,66	4.827,66	4.827,66	6.420,79	4.827,66	4.827,66	4.827,66	7.241,49	4.827,66	61.493,14
Total geral				**8.630,43**	**8.630,43**	**9.048,14**	**9.048,14**	**9.048,14**	**9.048,14**	**12.034,03**	**9.048,14**	**9.048,14**	**8.631,95**	**12.947,92**	**9.048,14**	**114.211,74**
2 Obrigações Patronais				994,27	994,27	1.039,85	1.039,85	1.039,85	1.039,85	1.278,72	1.039,85	1.039,85	1.006,56	1.351,83	1.039,85	**12.904,62**
8% FGTS				690,43	690,43	723,85	723,85	723,85	723,85	962,72	723,85	723,85	690,56	1.035,83	723,85	9.136,94
				303,84	303,84	316,00	316,00	316,00	316,00	316,00	316,00	316,00	316,00	316,00	316,00	3.767,68
Vale Alimentação				**994,27**	**994,27**	**1.039,85**	**1.039,85**	**1.039,85**	**1.039,85**	**1.278,72**	**1.039,85**	**1.039,85**	**1.006,56**	**1.351,83**	**1.039,85**	
Total geral				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
3 Material de Consumo																
Papelaria																
Material de Limpeza																
Material de Manutenção				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total geral				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica																
Material para Festividades																
Material para b				**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total geral				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física																
				0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total geral				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6 Serv. de Utilidade Pública																
Água																
Energia Eletrica																
Telefone				**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total geral				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7 Obrigações Tributárias e Contributivas																
				0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total geral				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8 Equipamento e Material Permanente																
Cadeira de Rodas				**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Total geral				9.624,70	9.624,70	10.087,99	10.087,99	10.087,99	10.087,99	13.312,75	10.087,99	10.087,99	9.638,51	14.299,76	10.087,99	**127.116,36**
Subtotal				968,33	968,33	505,04	505,04	505,04	505,04	-2.719,72	505,04	505,04	954,52	-3.706,73	505,04	0,00
3.Saldo Disponivel ao final																

2º RCPJ JUNDIAÍ
114990
DOC. DIGITALIZADO

4

ESTATUTO
APAE DE VÁRZEA PAULISTA

VÁRZEA PAULISTA
2021

2º Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Jundiaí - SP
Rua Joil Fuller nº 132 - Centro - CEP 13.201-610
CNPJ: 36.350.432/0001-70 - PabX (11) 4623-3680
E-mail: 2rijundiai@2rijundiai.com.br

CERTIFICADO DE REGISTRO

CERTIFICO e dou fé que o título apresentado teve suas páginas devidamente carimbadas e rubricadas, foi protocolado sob nº **60254** em **29/03/2022** e registrado no livro A deste **2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE JUNDIAÍ**, sob o nº **114990** em **18/04/2022.**

Razão social: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS VARZEA PAULISTA
Natureza: PJ ALTERAÇÃO ASSOCIAÇÃO

Custas:

EMOLUMENTOS:	R$ 310,40
ESTADO:	R$ 88,44
SEC. FAZENDA:	R$ 60,71
REGISTRO CIVIL:	R$ 16,51
TRIBUNAL DE JUSTIÇA:	R$ 21,19
MINISTÉRIO PUBLICO:	R$ 15,03
ISS:	R$ 09,48
DILIGÊNCIA:	R$ 00,00
DESPESAS EXTRAS:	R$ 00,00
TOTAL DE CUSTAS:	**R$ 521,76**

Selo Digital:
1126234PJSE00737994SE221

Os valores devidos ao Estado e à Carteira de Previdência foram pagos conforme guia arquivada em cartório.

Jundiaí, 18/04/2022.

Raphael Stefani Ferreira
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro acima descrito.

ESTATUTO DA APAE DE VÁRZEA PAULISTA

2º RCPJ JUNDIAÍ
114990
DOC. DIGITALIZADO

CAPITULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista ou, abreviadamente, APAE de Várzea Paulista, fundada em Assembleia realizada em 13 de julho de 1985, nesta cidade de Várzea Paulista, passa a regular–se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A Apae de Várzea Paulista é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Alberto de Oliveira, nº 55, bairro Cruz Alta, e foro no município de Várzea Paulista, estado de São Paulo.

Art. 3º – A Apae de Várzea Paulista tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma, sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A Apae de Várzea Paulista adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a, outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Parágrafo Único – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º – A bandeira da Apae de Várzea Paulista, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º– Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o Manual Básico – Cerimonial da Rede Apae, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.

114990
DOC. DIGITALIZADO

Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Art. 8º – Considera-se "Excepcional" ou "Pessoa com Deficiência" aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados à promoção de atividades de finalidades de relevância publica e social, em especial:

I - promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II - prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III - prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV - oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I - executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II - promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

114990
DOC. DIGITALIZADO

III - incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV - promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

V - participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VI - manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII - solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII - firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX - produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X - fiscalizar o uso do nome "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias;

XII - desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII - apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV - garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XV - coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

114990
DOC. DIGITALIZADO

XVI - atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

XVII - articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XVIII - encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XIX - compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XX - promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

XXI - promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXII - estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXIII - divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXIV - desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

XXV - promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

114990
DOC. DIGITALIZADO

Art. 11 A Apae de Várzea Paulista integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1° – Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada a Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2° – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3° – A Apae apresentara, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

CAPITULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 13 – A Apae de Várzea Paulista é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1° – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2° – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 – O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I - contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante

114990
DOC. DIGITALIZADO

manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II - beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III - correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV - honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V - especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo–lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo–se o termo de adesão;

VI - fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae a assinaram a respectiva ata.

Art. 15 – Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

Seção II

Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciados Honorário.

I - São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II - São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

114990
DOC. DIGITALIZADO

III - A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

IV - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V - A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I - ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculada na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II - participar das Assembleias Gerais;

III - propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;

IV - participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V - apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI - participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;

VII - apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;

VIII - participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

114990
DOC. DIGITALIZADO

IX - requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X - em caso de morte, os direitos do associado no se transferem a terceiros;

XI - convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1° – Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2° – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3° – Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da Apae:

I - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

II - pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

IV - cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;

V - informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI - submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes.

2º RCPJ JURIDICA
114990
DOC. DIGITALIZADO

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I - Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II - Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III - Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, ad referendum do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo–lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º – A exclusão considerar–se–á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 – Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apaes do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando–se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I - O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

II - À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

114990
DOC. DIGITALIZADO

III - A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV - Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa funcionários, entre outros.

V - A Intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar–se–á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI - Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, no sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Publico Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando–se ampla divulgação no município.

VII - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII - O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPITULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

Seção I

Da Organização

Art. 21 – São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Conselho Fiscal;

2º RCPJ JUNDIAÍ
114990
DOC. DIGITALIZADO

IV - Diretoria Executiva;

V - Autodefensoria;

VI - Conselho Consultivo.

§ 1° – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

§ 2°– O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3° – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais a contribuintes que a ela comparecem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1° – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2° – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§ 3° – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4° – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequencia, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os

114990
DOC. DIGITALIZADO

trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar–se–á eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§ 6º – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo–os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º – Na sequencia, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 – A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e–mail, circular ou outros meios convenientes e por publicação em jornal de circulação no município da Apae, admitindo–se, como alternativa, editais afixadas no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º – No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º – A Assembleia Geral instalar–se–á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

I - homologar as alterações do Estatuto;

II - decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;

III - eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

IV - destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

V - aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;

VI - verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;

VII - apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

114990
DOC. DIGITALIZADO

Parágrafo único – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

Parágrafo único – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo Único – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º – As decisões es do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

114990
DOC. DIGITALIZADO

§ 6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar o Regimento Interno da Apae;

II - emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinada pelo Conselho Fiscal;

III - aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV - examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

V - responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI - deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII - examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apae;

VIII - referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX - aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X - preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI - referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

XII - escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato a Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII - assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

114990
DOC. DIGITALIZADO

XIV - aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV - aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI - aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no incise VII do artigo 35;

XVII - Estabelecer o valor mínimo da contribuição para as associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

XVIII - Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1° – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo–se a reeleição.

§ 2° – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir–se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando–se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II - examinar os livros de escrituração da entidade;

III - examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V - opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI - promover sugestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

114990
DOC. DIGITALIZADO

VII - fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal poderá utilizar–se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 32 – A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I - Presidente;

II - Vice–Presidente;

III - 1° e 2° Diretores Secretários;

IV - 1° e 2° Diretores Financeiros;

V - Diretor de Patrimônio;

VI - Diretor Social.

§ 1° – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2°– O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo–se uma reeleição consecutiva.

§ 3° – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice–Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir–se–á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1° – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2° – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3° – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

2º RCPJ JUNDIAÍ
114990
DOC. DIGITALIZADO

Sessão VI

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 – Compete à Diretoria Executiva:

I - promover e fomentar a realização dos fins da Apae;

II - elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê–lo á aprovação do Conselho de Administração;

III - lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;

IV - lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, no cabendo negativa da solicitação;

V - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em ate 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

VI - submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando–as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo–as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;

VII - submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

VIII - constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;

IX - criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;

X - promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;

XI - convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;

XII - pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;

XIII - respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;

XIV - promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;

XV - adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovado do Conselho de Administração, nos casos que couber;

114990
DOC. DIGITALIZADO

XVI - receber e fazer doações ad referendum do Conselho de Administração.

XVII - indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;

XVIII - estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

XIX - dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX - convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;

XXI - apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII - indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º – Não caberá indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º – As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

a) Observar os princípios Fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;

b) ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 3º – Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do

114990
DOC. DIGITALIZADO

VIII - instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

IX - zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

X - ratificar de modo expresso, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;

XI - cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae;

XII - submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1° – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice–Presidente.

§ 2° – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice–Presidente:

I - substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice–presidente assumira a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 – Compete ao 1° Diretor Secretário:

I - secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II - superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as noticias das atividades da Apae;

III - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;

IV - entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, copia do Estatuto da Apae;

114990
DOC. DIGITALIZADO

V - disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;

VI - exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

I - substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

I - elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II - conservar sob suas guardas e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III - assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;

IV - promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V - fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

VI - manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contato habilitado;

VII - apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII - O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou e um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

I - substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;

2º REGISTRO CIVIL
114990
DOC. DIGITALIZADO

II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu termino;

III - exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

I - supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;

III - providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo Único – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

I - organizar as atividades sociais;

II - elaborar o programa de solenidades;

III - realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;

IV - promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

Parágrafo Único – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

114990
DOC. DIGITALIZADO

§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

I - defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;

III - participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;

IV - votar e ser votado par a os cargos da autodefensoria.

Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex–Presidentes da Apae.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex–Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renuncia destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex–Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex–Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, no tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I - atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

114990
DOC. DIGITALIZADO

II - esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III - zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;

IV - participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

CAPITULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:

I - atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II - defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expresso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III - elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV - emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V - representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

114990
DOC. DIGITALIZADO

VI - pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII - manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII - dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

CAPITULO V

Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Art. 55 – As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I - contribuições de associados e de terceiros;

II - legados;

III - produção e venda de serviços;

IV - subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V - doações de qualquer natureza;

VI - quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII - produto líquido de promoções de beneficência;

VIII - rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX - auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

2º REGISTRO CIVIL
114990
DOC. DIGITALIZADO

Parágrafo único – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade nos País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

CAPITULO VI

Das Eleições

Art. 57 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar–se–á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

Art. 58 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I - A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II - Somente poderão integrar as chapas as associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e as associados contribuintes, exigindo–se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, referencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III - São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para as cargos de Presidente, Vice–presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV - Os candidatos a Presidente, Vice–Presidente e Diretores Financeiros deverão presentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

a) carteira de identidade;

b) certidão de regularidade do CPF;

2º RCPJ JUNDIAÍ
114990
DOC. DIGITALIZADO

c) declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;

d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;

e) ficha de filiação de associado da Apae;

f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;

g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;

h) termo de compromisso.

V - É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI - É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art. 59 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte a Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

CAPITULO VII

Disposições Gerais

Art. 61 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovado da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 – A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º – Para fusão a transformação da Apae, deverá ser observada o que determina a legislação específica em vigor.

114990
DOC. DIGITALIZADO

§2º – É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 63 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providencias cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo–o ou prorrogando–o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando–se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Várzea Paulista, 25 de setembro de 2021.

JEANETTE DULCE GUT FONTANETTI
RG. nº 3.011.020-8
Presidente

CLÁUDIA REGINA DE SALLES
OAB/SP Nº 162.572
Procuradora Geral

MARCIA APARECIDA CACERES ANANIAS
RG. nº 16.769.011–5
1º Diretor Secretário

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[51zlab02I]-JEANETTE DULCE GUT FONTANETTI
[51zlab0J]-MARCIA APARECIDA CACERES ANANIAS
Em Testemunho ___ da Verdade.
KEVIN THOMAS DE ALMEIDA SILVEIRA - ESCREVENTE AUTORIZADO
Varzea Paulista, 25/03/2022 - Valido somente c/ o selo de autenticidade R$14,86

2º RCPJ JUNDIAÍ
115929
DOC. DIGITALIZADO

4

POSSE DO TRIÊNIO DA DIRETORIA 2023/2025.

Ata 359/2022 – Posse do Triênio da Diretoria 2023/2025 – Ata da Reunião Ordinária da Diretoria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista. Ao segundo dia do mês de Janeiro de dois mil e vinte e três (2023), às 14h30min horas, na sede da APAE de Várzea Paulista, situada na Rua Alberto de Oliveira, nº 55, Bairro Jardim Cruz Alta, neste município de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, reuniu-se ordinariamente como segue: **PRESIDENTE:** Sra. Valdilene Marina de Oliveira Silva, brasileira, casada, Empresária, residente na Rua Itupeva nº 43, Jardim América IV, CEP: 13.222-390, CPF nº217.713.488-95, RG nº36.286.619-3; **VICE- PRESIDENTE:** Sra. Renata Aparecida Matos de Carvalho, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Napoleão Mazzali nº 28, Vila Campos Sales Jundiaí - SP, CEP: 13206-030, CPF nº 120.769.128-35, RG nº 20.210.044-3, **1º DIRETOR SECRETÁRIO:** Sra. Marcia Aparecida Caceres Ananias, brasileira, casada, Professora, residente na Rua João Manoel de Farias nº 89, Jardim Cruz Alta Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-400, CPF nº 042.711.548-57, RG nº 16.769.011-5; **2º DIRETOR SECRETÁRIO:** Sra. Maria Eulália de Almeida Schleich, brasileira, solteira, aposentada, residente na Rua Moises Abaid nº 181 bloco B apt. 64, Jardim São Bento, Jundiaí – SP, CEP: 13202-500, CPF nº 046.741.078-06, RG nº 10.591.174-4; **1º DIRETOR FINANCEIRO:** Sra. Anita Maria Dias Rodrigues da Silva, brasileira, casada, do lar, residente na Rua Antônio de Aguiar Peçanha nº 260, Centro, Jarinu – SP, 13240-000, CPF nº 105.405.248-40, RG nº 17.891.719-9; **2º DIRETOR FINANCEIRO:** Sra. Graziela Santi Rodrigues, brasileira, casada, comerciante, residente na Av. Pacaembu nº 2040, Jardim Paulista, Várzea Paulista – SP, CEP: 13222-000, CPF nº 262.842.708-22, RG nº 26.723.172-6; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Sra. Vilma dos Santos Camargo, brasileira, viúva, do lar, residente na Rua Aracuri nº 26, Jardim das Palmeiras, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-680, CPF nº 137.561.658-76, RG nº 22.881.311-6; **DIRETOR SOCIAL:** Sra. Maria de Fatima Assis Rosa, brasileira , casada, aposentada, residente na Av. Eduardo de Castro nº 619, Vila São José, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-270, CPF nº 478.544.649-87, RG nº 33.33.55-5; e **CONSELHO FISCAL:** 1º Titular: Sra. Leandra Oliveira de Toledo, brasileira, casada, do lar, residente na Rua Tocantins nº 670, Jardim Mirante, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-530, CPF nº 246.513.728-05, RG nº 27.087.813-0; 2º Titular: Sra. Maria do Carmo Cerezer Felix, brasileira , do lar, casada, residente na Av. Comendador Antônio Borim nº 4650, Jardim Colonial, Jundiaí – SP, CEP: 13219-807, CPF nº 024.363.958-96, RG nº 11.787.656-2; 3º Titular: Sra. Francisca da Chagas Santos Costa, brasileira, casada, do lar, residente na Travessa dos meninos nº 239, Jardim Constância, Francisco Morato – SP, CEP: 07942-225, CPF nº 283.123.538-36, RG nº 54.575.183-4; 1º Suplente: Sra. Janete Ribeiro da Silva, brasileira, do lar, residente na Rua Francisco Caetano de Moraes nº 55, Vila União, Cajamar – SP, CEP: 07750-000 CPF nº 286.139.728-45, RG nº 37.386.624-0; 2º Suplente: Sra. Josefa Josenir Nicolau Lima, brasileira, casada, do lar, residente na Rua Alegrete nº 286, Vila São Paulo, Jundiaí – SP, CEP: 13203-510, CPF nº 172.328.888-80, RG nº 21.297.827; 3º Suplente: Sr. Sergio dos Santos, brasileiro, casado, professor, residente na Rua Netuno nº 179, Jardim Satélite, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-420, CPF nº 215.977.968-75, RG nº 33.175.169-0; e **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Conselheiro de Administração 1 Sr. Emerson Manoel da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente na Rua Cananeia nº 390, Jardim Paulista, Várzea Paulista – SP, CEP:13222-070, CPF nº 260.920.738-70, RG nº 29.634.413-8;

Conselheiro de Administração 2 Sr. Alcides Fabiano Tedesco, brasileiro, casado, cirurgião dentista residente na Rua Jorge Zolner nº 277, Centro, Jundiaí – SP, CEP: 13201-039, CPF nº 261.677.248-57, RG nº 24.785.104-8; Conselheiro de Administração 3 Sra. Jeanette Dulce Gut Fontanetti, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Moisés Abaid nº 181 bloco. B apto. 232, Jardim São Bento, Jundiaí – SP, CEP: 13202-500, CPF nº 104.832.598-96, RG nº 3.011.020-8; Conselheiro de Administração 4 Sra. Kinue Mitsugui de Oliveira, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Artibano Murari nº 498, Jardim Cruz Alta, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-410, CPF nº 692.974.798-04, RG nº 6.062.262-6; Conselheiro de Administração 5 Sra. A
na Magda Gonçalves Campos Andrade, brasileira, casada, diretora escolar, residente na Av. São Manoel nº 560, Caiaçoara, Jarinu – SP, CEP: 13240-000, CPF nº 259.926.688-29, RG nº 27.435.875-X. A Diretoria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Várzea Paulista-SP, eleita por aclamação na Assembleia Ordinária, realizada no dia vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte dois para o triênio de dois mil e vinte três (2023) a dois mil e vinte cinco (2025), toma posse nesta data em cumprimento ao disposto Artigo 50 do Estatuto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião ordinária, cuja ata foi lavrada por mim, Márcia Aparecida Cáceres Ananias, RG: 16.769.011-5, Primeira Diretora Secretária. Por ser expressão da verdade, segue o presente termo assinado pelos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Várzea Paulista 02 de Janeiro de 2023.

2º RCPJ JUNDIAÍ
115929
DOC. DIGITALIZADO

DIRETORIA EXECUTIVA

Valdilene Marina de Oliveira Silva
Presidente da APAE

Renata Aparecida Matos de Carvalho
Vice- Presidente da APAE

Márcia Aparecida Cáceres Ananias
1º Diretora Secretária

Maria Eulália de Almeida Schleich
2ª Diretora Secretária

Anita Maria Dias Rodrigues da Silva
1º Diretora Financeira

Graziela Santi Rodrigues
2º Diretora Financeira

Vilma dos Santos Camargo
Diretora de Patrimônio

Maria de Fatima Assis Rosa
Diretora Social

CONSELHO FISCAL

Leandra Oliveira de Toledo
1º Titular

Maria do Carmo Cerezer Felix
2 º Titular

Francisca das Chagas Santos Costa
Francisca da Chagas Santos Costa
3º Titular

Janete Ribeiro da Silva
Janete Ribeiro da Silva
1º Suplente

Josefa Josenir Nicolau Lima
Josefa Josenir Nicolau Lima
2º Suplente

Sergio dos Santos
Sergio dos Santos
3º Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Emerson Manoel da Silva
Conselheiro de Administração 1

Alcides Fabiano Tedesco
Conselheiro de Administração 2

Jeanette Dulce Gut Fontanetti
Conselheiro de Administração 3

Kinue Mitsugui de Oliveira
Conselheiro de Administração 4

Ana Magda Gonçalves Campos Andrade
Conselheiro de Administração 5

2º RCPJ JUNDIAÍ
115929
DOC. DIGITALIZADO

2º Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Jundiaí - SP
Rua Joll Fuller, nº. 132 - Centro - CEP 13.201-810
CNPJ: 36.350.432/0001-70 - Pabx (11) 4523-3680
E-mail: 2rijundiai@2rijundiai.com.br

CERTIFICADO DE REGISTRO

CERTIFICO e dou fé que o título apresentado teve suas páginas devidamente carimbadas e rubricadas, foi protocolado sob nº **61779** em **13/02/2023** e registrado no livro A deste **2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE JUNDIAÍ**, sob o nº **115929**, sendo averbado a margem do registro nº **26915** em **07/03/2023.**

Razão social: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS VARZEA PAULISTA
Natureza: ATA ASSOCIAÇÃO

Custas:

EMOLUMENTOS:	R$ 53,53
ESTADO:	R$ 15,21
SEC. FAZENDA:	R$ 10,41
REGISTRO CIVIL:	R$ 02,81
TRIBUNAL DE JUSTIÇA:	R$ 03,67
MINISTÉRIO PUBLICO:	R$ 02,57
ISS:	R$ 01,60
DESPESAS EXTRAS:	R$ 00,00
TOTAL DE CUSTAS:	**R$ 89,80**

Selo Digital:
1126234PJSE000844846SE232

Os valores devidos ao Estado e à Carteira de Previdência foram pagos conforme guia arquivada em cartório.

Jundiaí, 07/03/2023.

(X) Raphael Stefani Ferreira - Escrevente
( ) Aline Guimarães Pereira Mestriner - Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro acima descrito.

Titular: Sra. Francisca da Chagas Santos Costa, brasileira, casada, do lar, residente na Travessa dos meninos n° 239, Jardim Constância, Francisco Morato – SP, CEP: 07942-225, CPF n° 283.123.538-36, RG n° 54.575.183-4; 1° Suplente: Sra. Janete Ribeiro da Silva, do lar, residente na Rua Francisco Caetano de Moraes n° 55, Vila União, Cajamar – SP, CEP: 07750-000 CPF n° 286.139.728-45, RG n° 37.386.624-0; 2° Suplente: Sra. Josefa Josenir Nicolau Lima, casada, do lar, residente na Rua Alegrete n° 286, Vila São Paulo, Jundiaí – SP, CEP: 13203-510, CPF n° 172.328.888-80, RG n° 21.297.827; 3° Suplente: Sr. Sergio dos Santos, casado, Professor, residente na Rua Netuno n° 179, Jardim Satélite, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-420, CPF n° 215.977.968-75, RG n° 33.175.169-0; e Conselho de Administração: Conselheiro de Administração 1 Sr. Emerson Manoel da Silva, casado, Advogado, residente na Rua Cananeia n° 390, Jardim Paulista, Várzea Paulista – SP, CEP:13222-070, CPF n° 260.920.738-70, RG n° 29.634.413-8; Conselheiro de Administração 2 Sr. Alcides Fabiano Tedesco, casado, Cirurgião Dentista residente na Rua Jorge Zolner n° 277, Centro, Jundiaí – SP, CEP: 13201-039, CPF n° 261.677.248-57, RG n° 24.785.104-8; Conselheiro de Administração 3 Sra. Jeanette Dulce Gut Fontanetti, casada, aposentada, residente na Rua Moisés Abaid n° 181 bloco. B apto. 232, Jardim São Bento, Jundiaí – SP, CEP: 13202-500, CPF n° 104.832.598-96, RG n° 3.011.020-8; Conselheiro de Administração 4 Sra. Kinue Mitsugui de Oliveira, casada, aposentada, residente na Rua Artibano Murari n° 498, Jardim Cruz Alta, Várzea Paulista – SP, CEP: 13224-410, CPF n° 692.974.798-04, RG n° 6.062.262-6; Conselheiro de Administração 5 Sra. Ana Magda Gonçalves Campos Andrade residente na Av. São Manoel n° 560, Caiaçoara, Jarinu – SP, CEP: 13240-000, CPF n° 259.926.688-29, RG n° 27.435.875-X . A nova diretoria será empossada em reunião agendada nesta Assembleia para o dia 02 de Janeiro de 2023 às 14h30min na sede da APAE de Várzea Paulista – SP, localizada na Rua Alberto de Oliveira, n°55 – Jardim Cruz Alta, Várzea Paulista-SP. Nada mais havendo a tratar às 16:00 horas e 15 minutos foi dada por encerrada a Assembleia Geral, cuja Ata vai por mim Maria Eulália de Almeida Schleich assinada, eleito Secretário desta Assembleia. Pelo Presidente da Assembleia e também pelo Presidente da APAE.

2º RCPJ JUNDIAÍ
115750
DOC. DIGITALIZADO

Sra. Jeanette Dulce Gut Fontanetti
Presidente da APAE de Várzea Paulista

Sra. Renata Aparecida Matos de Carvalho
Presidente da Assembleia

Sra. Maria Eulália de Almeida Schleich
Secretário da Assembleia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
54.132.840/0001-37 **MATRIZ**		**28/11/1985**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
APAE DE VARZEA PAULISTA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola
85.13-9-00 - Ensino fundamental
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ALBERTO DE OLIVEIRA	**55**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
13.224-420	**JD CRUZ ALTA**	**VARZEA PAULISTA**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
APAE.VARZEAPTA@TERRA.COM.BR	**(11) 4493-6342**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/12/2024** às **16:21:42** (data e hora de Brasília).

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VÁRZEA PAULISTA

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de VÁRZEA PAULISTA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal

A ***"ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VÁRZEA PAULISTA - APAE"***, com CNPJ 54.132.840/0001-37, com sede à Rua Alberto de Oliveira, nº 55 – Jardim Cruz Alta – Várzea Paulista/SP, é inscrita neste Conselho desde ano de 2008, sob o número 004.

A instituição executa o seguinte serviço socioassistenciais: *Serviço de Proteção Social especial para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias* (média complexidade).

Este comprovante tem validade de 01 (um) ano a partir desta data.

Várzea Paulista, 20 de março de 2024.

Vanessa de Oliveira Albuquerque

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ: 54.132.840/0001-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:04:15 do dia 08/11/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/05/2025.
Código de controle da certidão: **8CAB.D53A.D193.4572**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7348920 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 10/12/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPIONAIS DE VÁRZEA PAULISTA, CNPJ: 54.132.840/0001-37, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de dezembro de 2024.

PEDIDO N°: *0082450533*

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 54.132.840/0001-37
Certidão nº: 79548649/2024
Expedição: 18/11/2024, às 13:41:20
Validade: 17/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **54.132.840/0001-37, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 54.132.840/0001-37

Razão Social: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Endereço: R ALBERTO DE OLIVEIRA 55 / JD CRUZ ALTA / VARZEA PAULISTA / SP / 13220-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/11/2024 a 28/12/2024

Certificação Número: 2024112902230405790290

Informação obtida em 12/12/2024 08:39:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

SÃO PAULO
Unidade Gestora Municipal Desenvolvimento Econômico
Trabalho e Fazenda

CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Dados do Contribuinte

RAZÃO SOCIAL:	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ:	54.132.840/0001-37

Dados do Imóvel

Inscrição cadastral:	12.001.003
Endereço:	RUA ALBERTO DE OLIVEIRA - JARDIM CRUZ ALTA Várzea Paulista-SP
Loteamento:	- Lote: B - Quadra:

CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado para o imóvel especificado, relativas a débitos de competência e administrados pelo Poder Público Municipal. Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão, de modo especial aqueles decorrentes de ultimação nos termos da Lei Complementar 160 de 29-12-2005.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

Emitida em: 18/11/2024 13:34:24
Validade: 16/02/2025

Código de controle da certidão: 2BC9DFBED285C3A9EC3E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

18/11/2024.

f 1

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 12/12/2024

CNES: 3290395 Nome Fantasia: APAE DE VARZEA PAULISTA CNPJ: 54.132.840/0001-37

Nome Empresarial: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS Natureza jurídica: ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Logradouro: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA Número: 55 Complemento: --

Bairro: JARDIM CRUZ ALTA Município: 355650 - VARZEA PAULISTA UF: SP

CEP: 13224-420 Telefone: (11)4595-4342 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: 0207

Tipo de Estabelecimento: CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE Subtipo: OUTROS Gestão: MUNICIPAL

Diretor Clínico/Gerente/Administrador: ANA FLAVIA VARELLA E SILVA

Cadastrado em: 25/09/2004 Atualização na base local: 30/07/2024 Última atualização Nacional: 10/11/2024

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	07:00 às 18:00
TERÇA-FEIRA	07:00 às 18:00
QUARTA-FEIRA	07:00 às 18:00
QUINTA-FEIRA	07:00 às 18:00
SEXTA-FEIRA	07:00 às 18:00

Data desativação: -- Motivo desativação: --

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 54.132.840/0001-37

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	24110748148-03
Data e hora da emissão	18/11/2024 13:39:47
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE

Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011

Número CRCE 0086/2012

Impresso em: 18/11/2024, às 14h3min

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VÁRZEA PAULISTA

CNPJ : **54.132.840/0001-37**

Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA, 55 Complemento:

Bairro: JARDIM CRUZ ALTA CEP: 13224420

Município: VARZEA PAULISTA - SP

Certificamos que a Entidade acima identificada está inscrita e aprovada no Cadastro Estadual de Entidades - CEE, do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011.

O presente certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor, necessários à formalização de convênios e outras formas de avença, a serem celebrados com os órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Este certificado somente será válido para fins de celebração de convênios e outras avenças de que trata o art. 6º, do Dec. 57.501/2011, quando for impresso pelo órgão da administração pública estadual responsável, no ato da sua formalização, como garantia que o CRCE está liberado.

A condição acima é obrigatória e a sua inobservância implicará em medidas correcionais cabíveis, por parte da Controladoria Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais e em especial o art. 7º do Dec. 57.501/2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/11/2024 14:14:19

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**
CNPJ: **54.132.840/0001-37**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.